



## SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA XXVIII SIC

paz no plural



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2016: SIC - XXVIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2016
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	Acesso à Informação sobre a Política de Cotas na UFRGS
<b>Autor</b>	VITÓRIA STOPASSOLA
<b>Orientador</b>	CLARISSA ECKERT BAETA NEVES

## O Acesso à Informação sobre a política de cotas na UFRGS

Vitória Stopassola<sup>1</sup>

Professora Doutora Clarissa Eckert Baeta Neves<sup>2</sup>

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul implementou, em 2008, o sistema de cotas ou ações afirmativas. O objetivo das ações afirmativas é a inclusão dos alunos provenientes de escolas públicas, de famílias de baixa renda e autodeclarados negros, pardos ou indígenas. Em 2012 foi sancionada a Lei Federal de Cotas 12.711. Em 2016 foi o primeiro ano em que a UFRGS adotou a porcentagem de 50% de vagas reservadas. Em 2015, cerca de 4% das vagas reservadas pelo sistema de cotas ainda retornavam ao acesso universal. Em 2016, mais de 200 vestibulandos que optaram pelo sistema de cotas, e foram aprovados, tiveram suas matrículas rejeitadas. Por isso são necessárias pesquisas que indiquem as razões por que as cotas na UFRGS não são totalmente ocupadas por seu respectivo público alvo, bem como por que um número importante de aprovados não obtém sucesso na matrícula. Uma das hipóteses é o déficit de acesso e a dificuldade de compreensão da informação sobre a ocupação das cotas. O foco da pesquisa são alunos do último ano do ensino médio de escolas públicas em Porto Alegre, suas trajetórias, estratégias para acessar o ensino superior e como obtiveram a informação e seu entendimento para concorrer através da reserva de vagas. A pesquisa foi iniciada com uma análise documental acerca do processo de seleção para o vestibular, os aprovados no concurso e a admissão de suas matrículas. Para a realização da pesquisa foram utilizadas as seguintes fontes de dados: (a) os relatórios da Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF) (b) os editais da Comissão Permanente de Seleção do Concurso Vestibular (c) os bancos de dados do INEP: Censo da Educação Superior e Sínteses de dados sobre ensino superior; (d) e foi feita ainda uma ampla revisão da literatura sobre Ações Afirmativas. Como referencial teórico estão sendo utilizados os conceitos de equidade; capital social, cultural e econômico; desigualdade; trajetória, essenciais ao debate teórico sobre a temática. A análise documental demonstrou que os editais do vestibular da Universidade são complexos e utilizam linguagem jurídica, o que pode ser uma das razões que dificultam sua compreensão por parte dos alunos no ensino médio. Também a documentação requerida para os aprovados pelo sistema de cotas é extensa e detalhada, o processo é burocrático e o prazo para entrega é curto. Numa segunda parte foram realizadas entrevistas com alunos do último ano do ensino médio. Para análise dos dados coletados vem sendo utilizado o software Nvivo com base nas categorias de análise e no referencial teórico. Como resultados preliminares pudemos identificar que, na maioria dos casos, a escola não foi a fonte de acesso à informação. Entre os casos já analisados identificamos parentes, amigos, líderes religiosos e professor como mediadores para o acesso à informação. Em sua maioria, precisaram da ajuda desses agentes mediadores para compreender o processo de seleção e a documentação exigida. Já a escola, poucas vezes figurou como um agente mediador para o incentivo à continuidade dos estudos. As informações sobre as políticas de inclusão geralmente são transmitidas como uma bola de neve entre indivíduos que tem conhecimento sobre elas.

---

<sup>1</sup> Licencianda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Bolsista de Iniciação Científica BIC-UFRGS no Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU-Sociologia).

<sup>2</sup> Professora Titular no Departamento de Sociologia da UFRGS e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Pesquisadora com Bolsa Produtividade CNPq 1B. Coordenadora do GEU-Sociologia.